

**HABEAS CORPUS Nº 567.650 - SP (2020/0071790-5)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : DIORGINNE PESSOA STECCA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : DIORGINNE PESSOA STECCA - SP282072**  
**GUSTAVO ALTINO FREIRE - SP281195**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JEFFERSON MARCOS VALENTINI (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JEFFERSON MARCOS VALENTINI, apontando como autoridade coatora a 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2009108-24.2020.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no artigo 33 da Lei 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida.

Buscando o trancamento do processo e a revogação do decreto construtivo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os impetrantes que que estaria diante de flagrante forjado.

Afirmam que, dias antes dos fatos, câmeras de vigilância surpreenderam dois policiais militares instalando um aparelho rastreador no automóvel do acusado, fato que foi por ele comunicado à Corregedoria de Polícia e ensejou a instauração de inquérito policial para investigar a atuação dos referidos agentes.

Aduzem que a atuação dos referidos policiais militares seria ilegal, pois não teriam atribuição para instalar rastreador veicular e efetuar outras diligências investigativas nos arredores da residência do réu.

Consideram que a instalação de rastreador no automóvel do paciente violaria o seu direito à privacidade e à liberdade de locomoção, tratando-se de medida que dependeria de prévia autorização judicial, que não teria ocorrido na espécie.

Alegam que a persecução criminal estaria lastreada em denúncia anônima, inexistindo inquérito policial ou investigação preliminar para apurar a sua veracidade.

Argumentam que os policiais teriam adentrado a residência do acusado sem a sua autorização.

Ressaltam que o réu teria sido coagido a permitir o ingresso dos agentes do imóvel, tratando-se de consentimento viciado.

Requerem, liminarmente, a suspensão da ação penal e a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, e, no mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja reconhecida a ilicitude das provas que ensejaram o flagrante, trancando-se o processo.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

Superado esse óbice, verifica-se que as alegações de flagrante forjado, de

ilegalidade da atuação dos policiais militares, de ilicitude da instalação de rastreador veicular e de nulidade da busca e apreensão domiciliar não foram alvo de deliberação pela autoridade impetrada no aresto impugnado, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tópico, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO PÃO NOSSO. TESE DE EXISTÊNCIA DE EVIDÊNCIAS FALSAS. PEDIDO DE NULIDADE DE CINCO DECISÕES JUDICIAIS E DE EXCLUSÃO DE PROVAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DE FATOS NA AÇÃO MANDAMENTAL.*

***1. Matéria não apreciada pelo Juiz e pelo Tribunal de segundo grau não pode ser analisada diretamente nesta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.***

*(...)*

*4. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no HC 525.332/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)*

No mesmo sentido:

*PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. EXISTÊNCIA DE MATÉRIAS NÃO VENTILADAS NA APELAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. LIMITAÇÃO DA ANÁLISE. (...) HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

***1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.***

***2. Questão não debatidas pelas instâncias ordinárias não serão alvo de apreciação por esta Corte Superior, pois é "inviável a análise, diretamente por este Superior Tribunal, de matérias não analisadas pela Corte de origem, sob pena de, assim o fazendo, incidir na indevida supressão de instância. 7. Habeas corpus não conhecido." (HC 279.802/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/4/2014, DJe 5/5/2014.).***

*(...)*

*6. Habeas corpus não conhecido.*

*(HC 443.245/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)*

Ademais, consoante consignado no acórdão impugnado, "as supostas ilegalidades relacionadas à instalação do rastreador veicular, à alegada realização de atividades investigativas por parte da polícia militar, à suposta violação de domicílio e do aparelho de telefonia celular não têm relação com a verificação da autoria e materialidade do crime irrogado, uma vez que os fatos narrados na denúncia se resumem à localização de drogas no veículo do acusado, em abordagem realizada na

*via pública, em momento anterior aos atos concernentes ao domicílio e ao aparelho de telefonia celular do paciente, e sem que tenha sido explicitada, ao menos até o presente momento, a relação entre a abordagem policial e a instalação do rastreador veicular, já desafixado naquela ocasião" (e-STJ fls. 137/138), o que reforça a inexistência de mácula a ser reparada na via eleita.*

Melhor sorte não socorre a defesa no que se refere à aventada nulidade persecução criminal por estar lastreada unicamente em denúncia anônima.

Consta da denúncia que diante do recebimento de denúncia anônima via 181 de que o réu estava realizando a traficância de entorpecentes utilizando o veículo GM Cruze branco, bem como ocultando drogas em sua residência, policiais militares diligenciaram pelo bairro indicado, e, após o avistarem e visualizarem o automóvel mencionado, o abordaram, oportunidade em que negou ter drogas consigo ou no carro (e-STJ fl. 242).

Ao revistarem o veículo, os agentes encontraram, embaixo do banco do passageiro, 2 (dois) tijolos de maconha, com peso aproximado de 1.871,85 gramas, e na carteira do paciente, que também estava dentro do carro, R\$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais) em espécie, sem comprovação de origem lícita (e-STJ fl. 242).

Em seguida, os milicianos vistoriaram o imóvel do acusado, nada encontrando de ilícito (e-STJ fl. 242).

O órgão ministerial consignou que as circunstâncias em que se deram os fatos, somada à apreensão de significativa quantidade de maconha no local indicado pela denúncia anônima recebida pelos policiais militares, adquirida de pessoa até o momento não identificada, além de dinheiro sem prova de origem lícita, aponta que a droga apreendida seria destinada ao comércio espúrio de entorpecentes (e-STJ fl. 242).

Feitos tais esclarecimentos, sabe-se que a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça pacificou-se no sentido de que embora a denúncia anônima não seja idônea, por si só, a dar ensejo à instauração de inquérito policial, caso seja corroborada por outros elementos de prova legítima tanto o início do procedimento investigatório quanto as diligências nele realizadas.

Confira-se:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA A PRÁTICA DE VÁRIOS DELITOS. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA SUPOSTAMENTE AUTORIZADA COM BASE APENAS EM DENÚNCIA ANÔNIMA. NÃO OCORRÊNCIA. REALIZAÇÃO DE OUTRAS INVESTIGAÇÕES. DECISÃO JUDICIAL DE QUEBRA E DAS PRORROGAÇÕES FUNDAMENTADAS. IMPRESCINDIBILIDADE DAS MEDIDAS.*

*CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.*

*1. É inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, salvo para fins de investigação criminal e instrução penal, nos casos que a lei permite - desde que seja determinado por decisão judiciária fundamentada, que haja indícios razoáveis de autoria ou participação delitiva, a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e o fato investigado constituir infração penal punida de forma mais severa que a detenção.*

*2. Assim, "muito embora não sirva como elemento único para embasar investigação criminal, a delação anônima pode ser utilizada para dar início ao procedimento investigatório." (HC*

**229.358/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 12/03/2015)**

**3. No caso, segundo as decisões do Juiz primevo, a notícia anônima deu origem a várias investigações, das quais resultaram em amplos relatórios. Ficou apurado que os recorrentes, diretores de presídios em Corumbá-MS, tinham diversos relacionamentos criminosos com vários detentos, formando uma vasta associação criminosa.**

(...)

**6. Recurso Ordinário em Habeas Corpus improvido.**

**(RHC 95.592/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 24/05/2018, DJe 01/06/2018)**

No mesmo diapasão:

**HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. INQUÉRITO ORIUNDO DE DENÚNCIA ANÔNIMA. NÃO OCORRÊNCIA. (...) AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO.**

**1. Esta Corte Superior de Justiça e o Supremo Tribunal Federal firmaram o entendimento de que a notícia anônima sobre eventual prática criminosa, por si só, não é idônea para a instauração de inquérito policial ou deflagração da ação penal, prestando-se, contudo, a embasar procedimentos investigativos preliminares em busca de indícios que corroborem as informações, os quais tornam legítima a persecução criminal estatal. Precedentes.**

(...)

**5. Ordem denegada.**

**(HC 413.160/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 28/11/2017)**

Merece menção, ainda, o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

**EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. SEGUNDO AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO. DENÚNCIA ANÔNIMA. POSSIBILIDADE. (...). 1. O “Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que é possível a deflagração da persecução penal pela chamada denúncia anônima, desde que esta seja seguida de diligências realizadas para averiguar os fatos nela noticiados antes da instauração do inquérito policial” (ARE 1.112.656, Rel. Min. Luiz Fux). Precedente. (...) Precedentes. 3. Agravo interno a que se nega provimento.**

**(ARE 1120771 AgR-segundo, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 05/10/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 05-11-2018 PUBLIC 06-11-2018)**

Na espécie, como visto, os policiais receberam denúncia anônima de que o paciente estava traficando drogas no bairro em que reside utilizando-se de seu automóvel, razão pela qual se deslocaram ao local indicado, lá o encontrando juntamente com o seu

veículo, razão pela qual revistaram o carro, logrando apreender os entorpecentes.

E, como se sabe, nas infrações penais permanentes a prisão em flagrante pode se dar a qualquer momento, enquanto perdurar a consumação, nos termos do artigo 303 do Código de Processo Penal, que preceitua que "*nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência*".

Assim, tendo os policiais abordado o paciente e revistado o seu veículo justamente ao averiguarem a procedência da denúncia anônima recebida, afasta-se a mácula suscitada na impetração, consoante vem decidindo este Sodalício em casos semelhantes:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. LICITUDE DA PROVA. ALEGADA VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. CRIME PERMANENTE. JUSTA CAUSA CONFIGURADA. (...) AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.*

*1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício.*

*2. Segundo jurisprudência firmada nesta Corte, o crime de tráfico de drogas de natureza permanente, assim compreendido aquele cuja a consumação se protraí no tempo, não se exige a apresentação de mandado de busca e apreensão ou autorização judicial para o ingresso dos policiais na residência do acusado, quando se tem por objetivo cessar a atividade criminosa, dada a situação de flagrância, conforme ressalva o art. 5º, XI, da Constituição Federal.*

*3. O Pleno do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 603.616, reafirmou o referido entendimento, com o alerta de que para a adoção da medida de busca e apreensão sem mandado judicial, faz-se necessária a caracterização de justa causa, consubstanciada em razões as quais indiquem a situação de flagrante delito.*

*4. No caso, a justa causa para a adoção da medida de busca e apreensão sem mandado judicial evidencia-se no fato de que, após chegada ao local para averiguação de "denúncia anônima" recebida de um casal de suposta prática de preparo das substâncias e de tráfico ilícito de entorpecentes, dois indivíduos perceberam a presença dos policiais e correram para dentro do imóvel, momento em que os policiais decidiram ingressar na residência e apreenderam 141 porções de crack (42,56g), 138 de cocaína (27,19g) e 111 de maconha (336,87g), além de peneiras, um liquidificador, um rolo de plástico filme e um prato, todos com resquícios de uma substância na coloração branca.*

*(...)*

*10. Habeas corpus não conhecido.*

*(HC 530.121/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 26/11/2019)*

Com igual orientação:

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. EXAME DA TURMA NO REGIMENTAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. NULIDADES PROCESSUAIS. (...) INVASÃO DOMICILIAR SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE FUNDADAS RAZÕES. PACIENTE QUE SE EVADIU AO AVISTAR A GUARNIÇÃO. (...) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*(...)*

*3. O ingresso em moradia alheia depende, para sua validade e sua regularidade, da existência de fundadas razões (justa causa) que sinalizem para a possibilidade de mitigação do direito fundamental em questão. É dizer, somente quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio.*

*4. Na hipótese dos autos, a realização de busca e apreensão na residência do paciente, conquanto sem autorização judicial, foi precedida não só de denúncias anônimas sobre o tráfico realizado no local, mas também de ronda policial na localidade, momento em que o paciente, ao avistar a guarnição da Polícia Militar, empreendeu fuga e buscou se refugiar dentro de sua casa.*

*(...)*

*9. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no RHC 109.770/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 23/05/2019)*

Irretocável, portanto, o acórdão impugnado, que consignou que os "agentes públicos abordaram o paciente na via pública", concluindo que como "o crime de tráfico de drogas tem natureza permanente, cuja consumação protraí-se no tempo, não se verifica, nesta feita, qualquer mácula ou ilegalidade que pudesse contaminar, por ilicitude, a diligência efetuada pelos policiais militares a partir da denúncia anônima recebida" (e-STJ fl. 139).

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator